



SISTEMA CFB/CRB  
CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 5ª REGIÃO – BAHIA/SERGIPE

---

Of. CRB-5 N° 042/2020

Salvador, 26 de junho de 2020.

**Assunto: Denúncia contra o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO No 35/2020**

Senhor Pregoeiro,

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, informamos que recebemos denúncia contra o “EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO NO 35/2020” cujo objeto é a contratação de serviço de guarda e conservação de microfilmes e outras mídias apresentadas para arquivamento, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A denúncia faz referência à **falta de exigência de registro no Conselho Regional de Biblioteconomia - 5ª Região (Jurisdição Bahia e Sergipe) - CRB-5 (pessoa jurídica e pessoa física)**, visto que contam no objeto desta licitação, mesmo que de forma implícita, atividades da área de Biblioteconomia, como organização dos serviços de documentação, que é uma das atribuições do Bibliotecário, conforme Lei Federal nº 4.084 de 30 de junho de 1962.

Art 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.**

Ressaltamos que a profissão Bibliotecária é regulamentada e a competência de fiscalização é delegada ao Conselho Federal de Biblioteconomia, e por sequência a este CRB-5, Autarquia Federal criada para fiscalizar e regulamentar a atividade no âmbito da sua jurisdição (Bahia e Sergipe), na forma da Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, Decreto nº 56.725 de 16 de agosto de 1965, que ditam normas relacionadas ao setor.

Desta condição, advém uma série de obrigações legais vinculadas às empresas que atuam neste seguimento, sem as quais não preenchem requisitos legais para exercer a atividade. Nesse sentido o Conselho Federal de Biblioteconomia disciplina a forma de inscrição das empresas



SISTEMA CFB/CRB  
CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 5ª REGIÃO – BAHIA/SERGIPE

---

exploradoras da atividade econômica vinculadas à Biblioteconomia e Documentação, conforme a Resolução CFB nº 307, de 23 de março de 1984:

“Art. 1º A empresa ou instituição que se constitua para prestar ou executar serviços de Biblioteconomia e Documentação ou que exerça qualquer atividade, ligada ao exercício da Profissão de Bibliotecário, é obrigada ao registro no Conselho Regional de Biblioteconomia da jurisdição de sua sede. Para esse registro, a empresa ou instituição deverá provar personalidade jurídica e que o(s) responsável(eis) pela parte biblioteconômica seja(m) bibliotecário(s) registrado(s).”

A Resolução CFB Nº 197/2018 em seu Art. 2º versa que são consideradas infrações às Leis nº 4.084/1962 e nº 9.674/1998 e ao Decreto nº 56.725/1965, para os fins desta Resolução, as seguintes condutas, sujeitando-se os infratores às penalidades aqui previstas:

I – O exercício da profissão de bibliotecário, sem o devido bacharelado em Biblioteconomia e/ou sem registro no Conselho Regional de Biblioteconomia;

**II – A inexistência de profissional bibliotecário em bibliotecas ou qualquer outra unidade de informação que execute atividades inerentes à área de Biblioteconomia, mantidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado;**

**III - A inexistência de profissional bibliotecário como responsável técnico junto a pessoas jurídicas prestadoras de serviços na área da Biblioteconomia;**

IV - Contratação, admissão, nomeação ou posse de pessoa física ou jurídica que não possua o devido registro de bibliotecário no CRB da região; para o exercício e desempenho de qualquer atividade técnica de Biblioteconomia por tempo superior a 90 (noventa) dias;

V - Toda e qualquer conduta que venha obstruir e/ou dificultar o trabalho de fiscalização do CRB.

Diante do exposto, solicitamos a retificação do instrumento convocatório a fim que ele se enquadre nas Leis acima mencionadas e ao que determina este Conselho, incluindo a exigência do registro neste Conselho Regional às empresas licitantes deste certame, bem como a comprovação da existência de Bibliotecário como responsável técnico.

Atenciosamente,

Cláudio Silva de Jesus  
Presidente  
CRB-5/1581

Ilmo. Senhor  
Gilson Soares da Conceição  
Pregoeiro do TRE-BA